



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** impetrado **tempestivamente** pela participante recorrente **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - COAPAR**, em face da r. decisão proferida pela Comissão Municipal de Licitação na fase de julgamento dos Projetos de Venda apresentados para a **Chamada Pública nº 01/2017**.

Notou-se que após a r. decisão proferida pela Comissão Municipal de Licitação na fase de julgamento dos Projetos de Venda apresentados para o processo em epígrafe, na qual **decidiu e julgou VENCEDORA** dos **itens** objeto da presente chamada pública a participante **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA** nos **itens: 01, 02 e 03**, abriu-se prazo legal para interposição de recursos, verificando-se dentro do prazo estabelecido a falta de apresentação das razões recursais pelas participantes.

Entretanto, posterior ao prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** impetrado pela recorrente **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - COAPAR**, requerendo a reforma da decisão da Comissão.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no Edital da Chamada Pública escolhida e as alegações da recorrente, **convenço-me** de que a Comissão Municipal de Licitação não acertou em sua decisão anteriormente proferida na Sessão de Julgamento dos Projetos de Vendas.

Com efeito, o julgamento da Comissão Municipal de Licitação não deve ser validado. Posto que, procedendo à análise das razões arguidas pela recorrente, **entendo** com o devido amparo no **Edital da Chamada Pública nº 01/2017**, onde estabeleceu claramente em seu **item 5.2.3.**, que o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País, que a **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - COAPAR**, sediada no Estado de São Paulo, teria a prioridade de venda sobre a **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA**, sediada no Estado do Rio Grande do Sul.

Em que pese, a manifestação recursal ter sido fora do prazo, a licitação pública é um procedimento obrigatório para o Poder Público quando pretende realizar contratos para adquirir, locar, alienar bens, contratar a execução de obras ou serviços. Esse foi o método adotado para se evitar desvio no objetivo principal do processo, qual seja a contratação da proposta que melhor se adeque ao interesse público, sem nenhum tipo de direcionamento. Nesse contexto, os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da isonomia assumem importante papel para inibir e auxiliar no controle de atos que conflitam com essa finalidade pública da licitação.

Assim sendo, ato administrativo praticado com afronta a lei deverá ser decretado inválido pela própria administração autora do ato. É esse o sentido das Sumulas 346 e 473 do STF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

Sumula 346 – A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473 – A administração pode anular seu próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-os por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada em todos os casos, a apreciação judicial.

Portanto, é claro e evidente que, no caso da Administração comprovar que houve ilegalidade no procedimento licitatório, deve anulá-lo, restando demonstrado nos autos, através da manifestação da recorrente, que a decisão da Comissão Municipal de Licitação foi equivocada, quando declarou vencedora dos itens objeto da Chamada Pública a **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA.**

Neste sentido, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **provimento** do mesmo **reformando** assim a decisão recorrida, para o fim de declarar **VENCEDORA** a **COOPERATIVA DE PRODUCAO INDUSTRIALIZACAO E COMERCIALIZACAO AGROPECUARIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – COAPAR**, no **item 02**, para o qual a mesma ofertou seu produto e a **COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA** nos **itens 01 e 03**, objetos restantes da Chamada Pública.

DECIDO ainda, **ANULAR** a Homologação, bem como a Adjudicação datada de 26 de maio de 2017 e publicada na **Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Bebedouro/SP.**, na **Edição nº 966, Caderno I, página 2**, do dia 26 de maio de 2017, **sexta-feira**.

Informo ainda que, a **COOPERATIVA DE PRODUCAO INDUSTRIALIZACAO E COMERCIALIZACAO AGROPECUARIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – COAPAR**, deverá apresentar a **amostra** do seu produto no prazo de até **03 (três) dias úteis**, nos termos do §5º do Art. 33 da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, sob pena de desclassificação, **contados a partir da data da publicação do competente extrato desta decisão**.

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos os participantes, em atendimento ao **item 11.8** do **Edital da Chamada Pública nº 01/2017**.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 08 de junho de 2017.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL